



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 06/2020.

APOSTILA Nº 01 AO CONTRATO Nº 06/2020

PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0002675-10.2019.6.22.8000

PREGÃO ELETRÔNICO N. 12/2020

PRIMEIRA APOSTILA AO CONTRATO N. 06/2020, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR MEIO DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, E A EMPRESA MULTITEC ELEVADORES LTDA., PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÕES PREVENTIVAS, CORRETIVAS E PREDITIVAS, COM FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA, EM 03 (TRÊS) ELEVADORES DE PASSAGEIROS DO TRE-RO.

A Ilustríssima Senhora Diretora Geral da Secretaria do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, LIA MARIA ARAÚJO LOPES, no uso de suas atribuições legais, e consoante DESPACHO 898/2021 - GABDG, de 15/07/2021 (evento [0714917](#)), RESOLVE expedir a presente apostila, com fundamento no artigo 65, §8º, da Lei n. 8.666/93, no art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93 e na Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Primeira do Contrato supramencionado, para:

I - Registrar o reajuste ao valor do Contrato 06/2020 (evento [0537782](#)), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA - Acumulado, no percentual de 8,06% (oito inteiros e seis centésimos por cento), aferido no período de junho de 2020 a maio de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de maio de 2021, conforme detalhamento abaixo:

<p>TABELA 1 - Reflexo Contratual</p>

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Exercício /Período	Valor Anual 1 (va)=(vc)/3	Valor Mensal 1 (vm)=(va)/12	VALOR DO CONTRATO 36 meses (0537782) (vc)	IPCA APLICADO (0703087) (ia)	Valor Anual Atualizado (vaa)=(va)x(ia)	VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO vca=(va 2020/2021)+(vaa 2021/2022)+(vaa 2022/2023)	VALOR MENSAL ATUALIZADO (vma)=(vm)*(ia)
2020/2021 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11		_*	_*		
2021/2022 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11	R\$ 112.000,00	8,06%	R\$ 40.342,40	R\$ 118.018,13	R\$ 3.361,87
2022/2023 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11			R\$ 40.342,40		

*período de apuração 2020/2021 (IPCA 8,06%)

Fonte: Informação nº 89/2021/SEMAP (evento [0703089](#) do processo respectivo).

II – O impacto financeiro total estimado deste reajuste é de R\$ **6.018,13** (seis mil e dezoito reais e treze centavos) e incide nos exercícios 2020 a 2021.

III - As despesas com este reajuste correrão à conta do orçamento da Justiça Eleitoral de Rondônia, Natureza da Despesa 33.90.39, conforme Nota de Empenho n. 2021NE000168 (Reforço), de 18/06/2021.

IV - Com o presente reajuste, o valor total atualizado do contrato (para eventual câmputo de acréscimos e supressões - Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93) passa a ser de R\$ 118.018,13 (cento e dezoito mil e dezoito reais e treze centavos), conforme detalhamento no Anexo I deste instrumento.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

VI - Para assegurar a plena execução deste ajuste, a Contratada deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após a assinatura deste instrumento, complementação da GARANTIA, no valor de R\$ 300,90 (trezentos reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.

VII - Ficam mantidas todas as demais cláusulas do Contrato TRE-RO n. 06/2020 que não tenham sido alteradas por Apostilas e/ou Termos Aditivos.

VIII - A presente Apostila passa a fazer parte integrante do Contrato supra, como se nele estivesse transcrita.

IX - O Contratante providenciará a publicação resumida do presente instrumento no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE-RO.

Porto Velho/RO, 16 de julho de 2021.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES

Diretora-Geral do TRE-RO

ANEXO I DA APOSTILA N. 01 AO CONTRATO N. 06/2020

Histórico do Contrato: informações sobre o Contrato inicial e de cada Aditivo/Apostila:

Contrato/Aditivo/Apostila	Valor inicial do	Percentual	de
---------------------------	------------------	------------	----

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

(Valores, objetos e datas de assinatura e de vigência)	contrato e valor de cada aditivo/apostila	acréscimo/supressão realizado em cada aditivo em relação ao valor inicial do contrato (Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93)
Contrato n. 06/2020, assinado em 20/05/2020 – Volume V do PA (evento n. 0537782) Vigência de 36 meses, a contar da assinatura (a contar de 20/05/2020 a 20/05/2023) Valor do contrato: R\$ 112.000,00 Garantia: R\$ 5.600,00	R\$ 112.000,00	-
Apostila n. 1, assinada em ____/07/2021 – Volume VII do PA (evento n. 0716311) Reajuste de 8,06%, a contar de 05/05/2021. Valor da Apostila R\$ 6.018,13 Garantia: R\$ 300,90	R\$ 6.018,13	-

*Eventuais divergências nas somas são decorrentes de arredondamento de casas decimais em cálculos envolvendo dízimas periódicas.

VALOR ATUALIZADO CONTRATO PARA EVENTUAL CÔMPUTO DE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	R\$ 118.018,13
PERCENTUAL TOTAL DE ACRÉSCIMOS JÁ REALIZADOS NESTA CONTRATAÇÃO EM RELAÇÃO AO VALOR ATUALIZADO CONTRATO – Art. 65, § 1º da Lei n. 8.666/93 e Acórdão TCU 749/2010 – Plenário.	0,00%



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 16/07/2021, às 18:16, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0716311** e o código CRC **FE3F116D**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

INFORMAÇÃO Nº 89/2021 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP

AO GABSAOFC.

À COSEG para conhecimento,

Assunto: Reajuste do Contrato n. 06/2020 ([0537782](#)) - Prestação de serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO

Senhor Secretário,

Considerando que o reajuste contratual tem amparo nos artigos 40, XI, e 55, III, ambos da Lei nº 8.666/93;

Considerando a previsão contratual disposta na cláusula demonstrada abaixo:

DA ALTERAÇÃO

(Artigo 65 da Lei 8.666/93)

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, **contado da data limite para apresentação da proposta** (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; (*GRIFO NOSSO*) e

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

Considerando que o reajuste previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração. Nesse sentido é o entendimento do Tribunal de Contas da União (TCU):

DECISÃO TCU Nº 425/2002 – PLENÁRIO

13.2 É requerida pela empresa a modificação da expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", (item 27 do edital, folha 86) constando também a fórmula de reajuste correspondente.

...

13.4 Entendemos procedente a solicitação, visto que a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 55, determina, não faculta, o reajustamento dos preços contratuais, sua periodicidade e o estabelecimento da fórmula utilizada para tal correção. Ou seja, a Administração tem a obrigação e não a faculdade de adotar os procedimentos mencionados. Desse modo, deve ser determinada a correção do edital."

....

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

...



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2. determinar ao DNER que, no contrato decorrente da Tomada de Preços n.º 034/2001, introduza, por meio de termo aditivo, as seguintes alterações, de modo a adequá-lo à legislação em vigor:

...

b) na cláusula referente a reajuste, substituir a expressão "poderá ser reajustada" por "será reajustada", em atendimento ao artigo 55, III, da Lei n. 8.666/93.

Considerando entendimento do TCU e da AGU que claramente responsabilizam a Administração pela **aplicação automática do reajuste** estrito senso nos contratos administrativos, de acordo com o texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter **automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço"** (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, **o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

Considerando, nesse mesmo sentido, entendimento da Assessoria Jurídica deste Tribunal a qual fez análise jurídica acerca do reajuste em sentido estrito e esclareceu que o reajuste previsto em cláusula contratual se dá de forma automática pela Administração, conforme PARECER JURÍDICO Nº 10 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0669328](#)), PARECER JURÍDICO Nº 22 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678295](#)), PARECER JURÍDICO Nº 23 / 2021 - PRES/DG/AJDG ([0678332](#)) dentre outros;

Considerando que a periodicidade anual dos reajustes dos contratos administrativos deve ser contada a partir da data limite para apresentação da proposta, nos termos do §1º do artigo 3º da Lei 10.192 de 14 de fevereiro de 2001;

Considerando que a data de abertura das propostas ocorreu em 05 de maio de 2020, segundo o edital do pregão eletrônico nº 12/2020 ([0525411](#));

Considerando que a Contratada faz jus ao reajuste entre o período data de 1 (um) ano após o limite para a apresentação da proposta que segundo o referido edital do pregão eletrônico começou a contar do dia 05/05/2021;

Considerando o valor da proposta vencedora adjudicada no Pregão nº 12/2020 foi de R\$ 112.000,00 (cento e doze mil reais), conforme o Termo de Homologação ([0537159](#));

Considerando que o período apuratório que **se refere ao de Junho de 2020 a Maio de 2021**, que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **8,06%**, **índice apurado pelo IBGE** ([0703087](#));

Portanto, o valor reajustado do Contrato passará a ser de R\$ 118.018,13 (cento e dezoito mil dezoito reais e treze centavos), conforme tabela abaixo:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

TABELA 1 - Reflexo Contratual

Exercício/Período	Valor Anual (va)=(vc)/3	Valor Mensal (vm)=(va)/12	VALOR DO CONTRATO 36 meses (0537782) (vc)	IPCA APLICADO (0703087) (ia)	Valor Anual Atualizado (vaa)=(va)x(ia)	VALOR DO CONTRATO ATUALIZADO vca=(va 2020/2021)+(va a 2021/2022)+(va a 2022/2023)	VALOR MENSAL ATUALIZADO (vma)=(vm)*(ia)
2020/2021 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11	R\$ 112.000,00	-*	-*	R\$ 118.018,13	R\$ 3.361,87
2021/2022 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11		8,06%	R\$ 40.342,40		
2022/2023 (12 meses)	R\$ 37.333,33	R\$ 3.111,11			R\$ 40.342,40		

*período de apuração 2020/2021 (IPCA 8,06%)

Pelo exposto, encaminhamos para Vossa Senhoria apreciar a análise desta unidade gestora quanto à solicitação de reajuste da contratada e os reflexos desta previsão contratual ao valor da contratação. Ademais, informamos que para o atual exercício **haverá a necessidade de reforçar nota de empenho 2021NE000168 no valor de R\$ 1.755,29 (um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos)** para suportar o referido reajuste, conforme a memória de cálculo a seguir: $((vma)-(vm) \times 7^*) \times (\text{quantidade de meses remanescentes do atual exercício ref. à jun/21 a dez/21})$.

Respeitosamente,



Documento assinado eletronicamente por **LEISSON DE SOUSA CASTRO, Chefe de Seção**, em 14/06/2021, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0703089** e o código CRC **94DE014F**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL (SEMAP)

ASSUNTO: Análise da aplicação de reajuste *strito sensu* no Contrato 06/2020/TRE/RO – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva em elevadores de passageiros - Empresa Contratada: MULTITEC ELEVADORES LTDA.

PARECER JURÍDICO Nº 79 / 2021 - PRES/DG/AJDG

I – DO RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP**, CNPJ nº 09.477.789/0001-40, para prestar serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO, dimensionada para 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/05/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo nº 06/2020** ([0537782](#)).

02. Na Informação nº 89/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0703089](#)) a unidade gestora comunica a incidência de reajuste pela variação do índice IPCA de referência no valor do contrato. A SEMAP ainda informa que o período em condições contratuais de reajuste **se refere ao de junho de 2020 a maio de 2021**, e que o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **8,06%**, índice apurado pelo IBGE ([0703087](#)).

03. Informa ainda a unidade gestora que para suportar a despesa com o referido reajuste no atual exercício, **haverá a necessidade de reforçar a nota de empenho 2021NE000168 no valor de R\$ 1.755,29 (um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos).**

04. Os autos foram recebidos pelo secretário de **administração, orçamento, finanças e contabilidade, determinando**, na oportunidade, o reforço da nota de empenho pela COFC, a elaboração da minuta de Apostila contratual pela SECONT e a análise pela Assessoria Jurídica, conforme Despacho nº 960/2021-PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0704563](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

05. A SEOF comprovou o reforço orçamentário com a juntada aos autos da nota de empenho ([0708623](#)) e por sua vez, a Seção de Contratos juntou a minuta de Apostila n. 1 ao Contrato n. 06/2020 ([0707732](#)).

06. Assim instruídos, os autos foram encaminhados a esta Assessoria para análise e emissão de parecer jurídico, consoante Remessa 114 ([0707732](#)). **É o necessário relato.**

II - DA ANÁLISE JURÍDICA

2.1 – DO REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO

07. A pretensão da unidade gestora tem amparo no **Art. 40, XI e Art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, trata-se de **reajuste em sentido estrito**, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 06/2020. Veja-se:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; e

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

08. Segundo Marçal Justen Filho, o *“Reajuste consiste na indexação dos preços contratuais, submetendo-os a variação periódica e automática segundo a flutuação de índices predeterminados”*. Ou seja, o reajuste deve ser concedido de ofício pela Administração, quando completado o lapso de 12 meses a contar da data de apresentação da proposta ou da data-base da categoria profissional envolvida na execução do objeto.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

09. O Manual de Licitações e Contratos do TCU – 4ª Edição, às fls. 704, assim orienta:

Para concessão de reajuste, o marco inicial conta-se **da data da apresentação da proposta** ou da data do orçamento a que a proposta se referir, conforme previsto no edital e no contrato, ou ainda do último reajustamento. (sem grifo no original)

10. Ademais, necessário se faz mencionar o entendimento da Segunda Câmara do Tribunal de Contas da União, com relação ao conceito do instituto em estudo, cuja transcrição segue anexo, *ipsi litteris*:

E necessário distinguir, portanto, os conceitos de reajuste e recomposição de preços. Sob um certo ângulo, esta última expressão indica gênero, de que aquela configura espécie. A recomposição de preços é o procedimento destinado a avaliar a ocorrência de evento que afeta a equação econômico-financeira do contrato e promove adequação das cláusulas contratuais aos parâmetros necessários para recompor o equilíbrio original. **Já o reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio.** Já a recomposição pressupõe a apuração real dos fatos e exige comprovação acerca de todos os detalhes relacionados com a contratação e os fatos supervenientes a ela.

O que se afirmar é a garantia constitucional da manutenção do equilíbrio econômico financeiro do contrato administrativo. Deve reputar-se que, ocorrendo elevação de custos não retratada pelo índice de atualização ou de reajuste adotado contratualmente, o particular tem direito a recomposição de preços. **Acórdão 54/2002 Segunda Câmara (Voto do Ministro Relator)** (sem grifo no original)

11. A data limite para apresentação da proposta da empresa contratada **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP** a este TRE/RO foi **05/05/2021**, conforme se verifica nos documentos do certame ([0532393](#)). Considerando que o período apuratório **se refere a Junho de 2020 a Maio de 2021**, a unidade SEMAP informa o índice acumulado nos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente no percentual de **8,06%, índice apurado pelo IBGE** ([0703087](#)).

12. Vale repisar entendimento do TCU e da AGU, que claramente responsabilizam a administração pela aplicação automática do reajuste estrito senso nos contratos administrativos, vejamos novamente texto do **Parecer nº 02/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU**:

(...)

39. A automaticidade do reajuste significa, em outras palavras, que a sua concessão não demanda a prévia comprovação, pelo contratado, da alteração de cada um dos custos envolvidos na execução do contrato; **ao revés, a ocorrência da variação de custos é presumida, e a sua correção se dá por meio da mera aplicação periódica aos preços contratados dos índices oficiais previamente estabelecidos em edital e contrato, consoante uma fórmula matemática prevista nesses instrumentos. Para tanto, há que se aferir, apenas, a variação acumulada do índice previsto nos 12 (doze) meses anteriores à data-base do reajuste.**

(...)



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

41. O TCU, inclusive, já admitiu o caráter automático do reajuste em sentido estrito, aduzindo que "A diferença entre repactuação e reajuste é que este é automático e deve ser realizado periodicamente, mediante a simples aplicação de um índice de preço, que deve, dentro do possível, refletir os custos setoriais. Naquela, embora haja periodicidade anual, não há automatismo, pois é necessária a demonstração da variação dos custos do serviço" (Acórdão nº 1374/2006- TCU - PLENÁRIO).

42. Nessa esteira, considera-se que, uma vez estabelecido em edital e pactuado entre as partes no âmbito do contrato administrativo, o reajuste deve ser automática e periodicamente realizado pela própria Administração contratante, e de ofício, não sendo exigível prévio requerimento ou solicitação por parte do contratado.

43. Trata-se, em realidade, do simples e regular cumprimento, pela Administração, da cláusula contratual que estabelece o reajuste por índices dos preços inicialmente contratados e em última análise, do próprio edital e da legislação de regência.

(...)

13. Verifica-se que a pretensão do caso em comento está amparada legalmente, pois o reajuste com base no IPCA está previsto em cláusula contratual e obedece ao prazo mínimo ajustado, conforme informado pela unidade gestora da contratação. Portanto, com efeitos financeiros a partir do mês de maio/2021 com os novos valores reajustados, conforme informações inseridas no evento 0703089 e, para fazer jus aos valores pretéritos, a Contratada deverá apresentar fatura complementar separadamente, contendo a diferença entre os valores anteriores e os valores atualizados com o presente reajuste.

2.2 – DA ATUALIZAÇÃO DA GARANTIA

14. O Contrato n. 06/2020 ([0537782](#)) estabeleceu a obrigação de a Empresa oferecer garantia contratual, nos seguintes termos, *in verbis*:

CLÁUSULA SEXTA – Quanto à garantia contratual, a CONTRATADA deverá observar o que segue:

1. Para assegurar a plena execução deste Contrato e com fundamento nos termos do art. 56, § 2º, da Lei n. 8.666/93, a contratada deverá apresentar, em **até 10 (dez) dias úteis** após a assinatura do contrato, garantia contratual correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total deste contrato, na forma e nas modalidades estabelecidas no art. 56, §1º, da Lei nº 8.666/93, a saber:

a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, devendo estes terem sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda;

b) Seguro-garantia;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão n. 2467/2017 – TCU – Plenário).

(...)

5. Em cumprimento ao Art. 56, § 2º da Lei n. 8.666/93, o valor da garantia deverá ser atualizado em função da eventual alteração do valor do contrato. Assim sendo, a garantia deverá ser renovada a cada prorrogação contratual e complementada a cada reajuste, repactuação, reequilíbrio econômico-financeiro ou acréscimo do contrato;

(...)

15. A Corte de Contas orienta no sentido de que: “**Se o objeto for acrescido ou suprido, a garantia deve ser atualizada em igual proporção**” (Manual de Licitações e Contratos 4ª Edição, revista, atualizada e ampliada, página 739). Diz, ainda, as deliberações do TCU:

O agente público que deixa de exigir da contratada a prestação das garantias contratuais, conforme previsto no art. 56 da Lei n. 8.666/1993, responde pelos prejuízos decorrentes de sua omissão, bem como às penas previstas nos arts. 57 e 58 da Lei n. 8.443/92. **Acórdão 859/2006 - Plenário (Sumário)** (sem grifo no original)

Mantenha atenta observação acerca da validade das garantias contratuais fornecidas pelos contratados, resguardando o direito da Administração caso necessite utilizá-las, em obediência ao art. 55, VI c/c art. 66, caput, da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 265/2010 - Plenário.** (sem grifo no original)

Exija, como condição necessária a assinatura de contratos e termos de aditamento, de comprovação de que tenham sido prestadas as garantias previstas no instrumento convocatório, na forma do art. 56 da Lei n. 8.666/1993. **Acórdão 1573/2008 - Plenário.** (sem grifo no original)

16. Nessa linha, deverá a contrata ser notificada para apresentar nova garantia correspondendo a 5% (cinco por cento) do novo patamar financeiro do contrato, dimensionada para a cobertura das obrigações, em cumprimento à obrigação imposta pela CLÁUSULA SEXTA do Ajuste.

2.3 - ANÁLISE DA MINUTA DE APOSTILA N. 01

17. Juntou-se aos autos minuta de Apostila n. 01 ao Contrato nº 06/2020 ([0707732](#)), a qual, sob o aspecto formal, encontra-se em conformidade com as regras da Lei nº 8.666/93, atendendo aos princípios e diretrizes que norteiam a sua aplicação, não havendo reparos a fazer nessa seara, estando apta, portanto, a produzir todos os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

III – DA CONCLUSÃO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

18. Pelo exposto, com escopo nos elementos existentes nos autos, na linha dos fundamentos fáticos e jurídicos descritos neste parecer, esta Assessoria entende devida a aplicação do reajuste contratual no patamar de 8,06% (oito inteiros vírgula seis por cento) decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de junho de 2020 a maio de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de maio de 2021.

19. Quanto à minuta de Apostila N° 01 juntada aos autos (0707732), para cumprimento do disposto no parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93, esta Assessoria jurídica **APROVA** os seus termos.

20. Por derradeiro, esta unidade jurídica analisou os aspectos jurídicos do pedido a ela submetidos, já que inábil regimentalmente para pronunciar-se acerca de outras questões, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito deste Tribunal, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativo.

À consideração da unidade competente.



Documento assinado eletronicamente por **MARISA LEONARDO DE ARAÚJO LIMA DA SILVA**, Assessor Jurídico da Diretoria Geral, em 02/07/2021, às 14:42, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0710982** e o código CRC **E7CE8EAB**.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - www.tre-ro.jus.br

PROCESSO: 0002675-10.2019.6.22.8000

INTERESSADO: SEÇÃO DE MANUTENÇÃO PREDIAL

ASSUNTO: Incidência de reajuste *strito sensu* no Contrato Administrativo n. 06/2020 – Contratada: MULTITEC ELEVADORES LTDA. – Serviço de manutenção preventiva, corretiva e preditiva em elevadores de passageiros.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

DESPACHO Nº 898 / 2021 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo no qual, após regular processo licitatório, operou-se a contratação da empresa **MULTITEC ELEVADORES LTDA EPP**, CNPJ nº 09.477.789/0001-40, para prestar serviços comuns de engenharia para realizar manutenções preventivas, corretivas e preditivas, com fornecimento de mão de obra, em 03 (três) elevadores de passageiros instalados no Edifício Sede e no Fórum Eleitoral da Capital, ambos do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia (TRE-RO) em Porto Velho/RO, dimensionada para 36 (trinta e seis) meses, a partir de 20/05/2020, com possibilidade de prorrogação, nos termos registrados no **Contrato Administrativo nº 06/2020** ([0537782](#)).

Nos termos da Informação n. 89/2021-PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP ([0703089](#)), a SEMAP, unidade gestora, comunica a incidência de reajuste pela variação do índice IPCA de referência no valor do contrato. Informa, ainda, que o período de reajuste em condições contratuais **refere-se ao período de junho de 2020 a maio de 2021** e que o índice acumulado dos últimos doze meses a ser aplicado sobre o valor do contrato vigente é de **8,06% (apurado pelo IBGE - [0703087](#))**. Por esse motivo, haverá a necessidade de reforçar a nota de empenho 2021NE000168 no valor de R\$ 1.755,29 (um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos).

O Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC, mediante o Despacho n. 960/2021 - PRES/DG/SAOFC/GABSAOFC ([0704563](#)), encaminhou o feito à **COFC**, para reforço da nota de empenho 2021NE000168 no valor de R\$ 1.755,29 (um mil setecentos e cinquenta e cinco reais e vinte e nove centavos) para suportar o referido reajuste e demais providências que se fizerem necessárias; à **SECONT**, para elaboração de minuta de apostila do contrato; e à **AJDG**, para análise e emissão de parecer jurídico.

Em cumprimento ao despacho exarado pelo SAOFC ([0704563](#)), a COFC informa que se trata de despesa prevista no planejamento orçamentário do exercício e com dotação suficientemente disponível para sua realização neste exercício ([0705263](#)).

A Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SPOF procedeu a disponibilização de crédito orçamentário e demais registros, conforme Nota de Dotação (evento [0705322](#)). A Seção de Execução Orçamentária e Financeira - SEOF, por sua vez, efetuou o reforço do empenho 2021NE000168 no valor de R\$ 1.755,29, consoante eventos [0705359](#) e [0708623](#).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

A SECONT juntou a minuta de Apostila n. 01 ([0707732](#)), remetendo à Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral para análise ([0707734](#)).

A Assessoria Jurídica desta Diretoria-Geral - AJDG emitiu o Parecer Jurídico nº 79/2021 ([0710982](#)), no qual entende devida a aplicação do reajuste contratual no patamar de 8,06% (oito inteiros vírgula seis por cento) decorrente da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, aferido no período de junho de 2020 a maio de 2021, com efeitos financeiros sobre o Contrato mencionado a partir de maio de 2021. Por fim, aprovou os termos da minuta de Apostila n. 01 ao Contrato nº 06/2020 ([0707732](#)), em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Por seu turno, a Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade - SAOFC manifestou-se pelo deferimento do reajuste pretendido, no percentual de **8,06%** (oito inteiros e seis centésimos por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de junho de 2020 a maio de 2021, **com efeitos financeiros** sobre a contratação mencionado a partir de maio de 2021, tendo um **impacto financeiro** de **R\$ 6.018,13** (seis mil e dezoito reais e treze centavos), com fulcro no aInc. III do art. 55, combinado com o art. 65, ambos da Lei nº 8.666/1993 e ainda Subcláusula Primeira da Cláusula Vigésima Primeira do Contrato Originário; pela **atualização do valor do Contrato nº. 06/2020** (evento [0537782](#)), fixando seu novo valor em **R\$ 118.018,13** (cento e dezoito mil, dezoito reais e treze centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fundamento no § 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93; e, também, pela **complementação da garantia**, no prazo máximo de **10 (dez) dias corridos após assinatura da apostila**, no valor de **R\$ 300,90** (trezentos reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no § 1º do art. 56 da Lei n. 8.666/93, e ainda nos termos do § 2º do art. 56 da Lei nº. 8.666/93, combinado com a Cláusula Sexta do Contrato Originário (evento [0712780](#)).

Vieram os autos para apreciação desta Diretora-Geral.

Inicialmente, registra-se que embora tenha sido recentemente publicada a Lei 14.133, de 1º de abril de 2021 (a nova Lei de Licitações e Contrato Administrativo), seu artigo 191 combinado com o art. 193 permite a utilização da Lei 8.666/93 até o decurso do prazo de dois anos após sua publicação, momento este que ocorrerá a revogação daquela lei. Neste sentido, no curso deste despacho manter-se-á a citação da lei



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

antiga considerando que é a que está sendo aplicada no curso dos presentes autos.

Nos termos do bem lançado Parecer nº 79/2021 da AJDG ([0710982](#)), a pretensão de reajuste tem amparo no **art. 40, XI e art. 55, III, ambos da Lei n. 8.666/93**, pois trata-se de reajuste em sentido estrito, o qual determina a estipulação de critérios periódicos de reajuste, por sua vez reproduzidos expressamente no Contrato Administrativo nº 06/2020 ([0537782](#)). Veja-se:

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela administração CONTRATANTE ou por acordo entre as partes nos casos previstos pelo art. 65 da Lei 8.666/93.

Subcláusula Primeira – Quanto ao reajuste dos preços contratados, deverá ser observado o que segue:

I - Os preços dos serviços objeto do contrato, desde que observado o interregno mínimo de um ano, contado da data limite para apresentação da proposta (art. 3º, § 1º da Lei nº 10.192/2001 e Acórdão TCU nº 19/2017 - Plenário) ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, contado da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, poderão ser reajustados para preservar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato (art. 40, XI, c/c o art. 55, III, da Lei nº 8.666/93), adotando-se a variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, por ser mais compatível com a variação de preços do objeto licitado; e

II - O reajuste não incidirá sobre os serviços executados previamente à data-base da majoração dos valores, incidindo, apenas, sobre os serviços ainda não executados.

Salienta-se que tal reajuste é procedimento automático, em que a recomposição se produz sempre que ocorra a variação de certos índices, independente de averiguação efetiva do desequilíbrio, de modo que subsiste o **poder-dever** da Administração em manter íntegra a equação econômico-financeira do contrato, haja vista que o reajustamento previsto se configura em obrigação, e não mera faculdade da Administração.

Dessa forma o reajuste em sentido estrito, previsto em cláusula contratual, deve acontecer de forma automática pela Administração.

No caso sob análise trata-se de reajustes aplicados através do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, previstos em cláusula contratual, sendo devidos os respectivos valores contabilizados no período de **junho/2020 a maio/2021**.

Assim, o reajuste a ser aplicado no contrato será de **8,06% (oito vírgula zero seis por cento) referente ao período de junho/2020 a maio/2021**, sendo o impacto financeiro total deste reajuste R\$ 6.018,13 (seis mil e dezoito reais e treze centavos).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por conseguinte, haverá necessidade de atualização dos valores do Contrato nº 06/2020 ([0537782](#)), fixando seu novo valor em R\$ 118.018,13 (cento e dezoito mil dezoito reais e treze centavos), devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#).

Além disso, conforme ressaltou a AJDG, em cumprimento ao **item 7 da CLÁUSULA SÉTIMA** do contrato, **deverá a contratada apresentar fatura complementar** dos valores majorados pelo reajuste e atualização da garantia contratual.

Por todo exposto e por tudo que dos autos consta, considerando os termos do artigo 1º, II, da Portaria nº 66/20218, esta Diretora-Geral:

a) Autoriza o reajuste do Contrato Administrativo nº 06/2020, no percentual de **8,06%** (oito vígula zero seis por cento), decorrente da variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA aferida no período de **junho/2020 a maio/2021**, com efeitos financeiros sobre a Contratação **a partir de maio de 2021**, com fulcro no [art. 65 da Lei nº 8.666/1993](#) e ainda Cláusula Vigésima Primeira, Subcláusula Primeira do Contrato Originário;

b) Determina a atualização dos valores do Contrato nº 06/2020 ([0537782](#)), fixando seu novo valor em R\$ 118.018,13 (cento e dezoito mil dezoito reais e treze centavos) devido ao impacto do reajuste aplicado, com fulcro no [§ 1º do art. 65 da Lei nº. 8.666/93](#);

c) Determina a notificação da empresa contratada para demonstração nos autos da situação de regularidade com a Receita Federal do Brasil (RFB), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Justiça do Trabalho e CNJ, por meio de certidões atualizadas que deverão ser juntadas aos autos, antes da assinatura da Apostila; e

d) Determina a complementação da garantia, no prazo máximo de **10 (dez) dias úteis após assinatura da apostila**, no valor de R\$ 300,90 (trezentos reais e noventa centavos), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do presente reajuste, em uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei 8.666/93, e nos termos do art. 56, § 2º, da Lei 8.666/93 e Cláusula Sexta do Contrato originário.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade
Coordenadoria de Material e Patrimônio
Seção de Contratos

Encaminhem-se os autos à SAOFC para prosseguimento.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 15/07/2021, às 12:02, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0714917** e o código CRC **718B7311**.